

Sociedade em

Debate

O periódico SOCIEDADE EM DEBATE é uma publicação quadrimestral da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, criado em novembro de 1995.

Artigos enviados poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação quadrimestral - V.11, N.1 e 2 - Dezembro de 2005 - ISSN 1414-9869

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Chanceler

D. Jayme Henrique Chemello

Reitor

Alencar Mello Proença

Pró-Reitora de Graduação

Myriam Siqueira da Cunha

Pró-Reitor de Pós-Graduação,

Pesquisa e Extensão

William Peres

Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

Diretora da Escola de Serviço Social

Vini Rabassa da Silva

SOCIEDADE EM DEBATE

Conselho Editorial

Paulo Peixoto de Albuquerque - editor

Carmen Lucia Bezerra Machado – UFRGS

Gabriela Martini Armengol - Universidad de Chile- Chile

Isabel Yépez del Catillo - Université catholique de Louvain-la-Neuve- Belgica

Ivete Simionatto – Universidade Federal de Santa Catarina

Lee Pegler - Institut of social studies - Haia Países Baixos

Margarita Rozas Pagaza – Universidad Nacional De La Plata - Ar

Mayella Cubillos - universidad de Costa Rica, San José

Mona Joséé Gagnon - Université de Montreal – Canada

Vicente Faleiros- UNB - Brasília

Vini Rabassa da Silva – Universidade Católica de Pelotas

Yorn Chakda - Université Sherbrooke – Canada

Estagiária: Maristela Letzow Silva

A apresentação de colaborações e os pedidos de assinaturas devem ser encaminhados à revista SOCIEDADE EM DEBATE

Rua Félix da Cunha, 412 - Fone (53) 3284.8215 - 3284.8258

FAX (53) 3225.3105 - 96010-000 - Pelotas / RS - Brasil

Direito reservado para esta edição: Universidade Católica de Pelotas

Produção Editorial: Editora EDUCAT/UCPEL

Editoração Eletrônica e Capa: Ana Gertrudes G. Cardoso

Foto da capa: Marina Z. de Albuquerque

Tiragem: 200 exemplares

Sociedade em Debate	Pelotas	V.11	N.1 e 2	p.1 - 162	Dezembro 2005
---------------------	---------	------	---------	-----------	---------------

SUMÁRIO

- 13 Migrações Internacionais: em busca da cidadania universal
Roberto Marinucci e Rosita Milesi
- 39 Direitos Humanos e Migrações
Anelize Maximila Corrêa
Ruy Barbedo Antunes
- 51 Emigração e Desenvolvimento: duas faces da questão social
Vini Rabassa da Silva, Paulo Peixoto de Albuquerque,
Nádia Lúcia Fuhrmann, Neiva Afonso Oliveira,
Mara Rosange Acosta de Medeiros
- 81 Relação Vínculo entre Bebê de 1 a 3 anos, sob a Ótica de Mahler e Winnicott
Lúcia Grigoletti e Nize Nascimento
- 123 La Concepción Intersectorial, como Fuente del Desarrollo Local. Elementos para situar la sociopraxis del desarrollo local como paradigma, en el marco del sistema mundo.-
Gabriel Rodriguez Medina
- 137 Políticas Sociais: o “doce” discurso da inclusão
Aline Cunha da Fonseca, Cristine Jaques Ribeiro, Francine Coimbra
H, Graciela Marques Goulart, Rita de Cássia Sodrê Silva,
Rosi Marrero Duarte
- 151 La Construcción y Realización de lo Humano
Manuel Ghiso

Migrações: Estratégias para um novo ambiente econômico? Ou a realidade virtual da mudança?

Apresentação

Vivemos num mundo de profundas e rápidas transformações que surpreendem, deixam as pessoas perplexas, angustiadas. As mudanças aceleradas abalam conceitos, usos e costumes, não permitindo o tempo necessário para a adaptação às novas situações. É a crise. Da mesma forma, as mutações em curso na economia, no trabalho, na vida das pessoas parecem indicar que a crise não é passageira, ao contrário, faz parte dos novos tempos.

Novos tempos que insinuem uma estranha mistura de dois estados de espírito: a sensação de partida para um mundo novo e uma sensação de que o velho já não existe. As pessoas estão confrontadas com uma situação completamente nova, que exige respostas também novas, um novo paradigma.¹ Isso não é inteiramente falso, mas isso também não é inteiramente correto.

Não é correto, porque existe uma considerável continuidade no modo de pensar os problemas decorrentes dos avanços da tecnologia que a reestruturação das economias nacionais não tem solucionado e que nós simplesmente empurramos para a frente.²

¹ “O conceito de paradigma cresceu e ultrapassou a definição existente nos dicionários. Atualmente o termo paradigma é constantemente usado para definir modelo amplo, um framework, uma maneira de pensar, ou um esquema de compreensão da realidade. (Thomas Kuhn, *The structure of Scientific Revolutions*, 2 edição, University of Chicago Press, Chicago, 1970.)

² A mídia quando fala dos processos migratórios situam-se ao nível do relato das condições de mudança no ambiente econômico e local sem discutir as mudanças fundamentais na situação econômica mundial e a necessidade de

O problema do qual estamos falando diz respeito às mutações do processo produtivo e de organização do trabalho, cujo tema passou a ser tratado e focalizado a partir de certo particularismo normativo ligado a um processo de globalização, que privilegia o ponto de vista econômico e valoriza o “consenso” como fatores fundamentais da modernização dos processos produtivos.

A preocupante realidade do novo ambiente produtivo é o surgimento de comportamentos ou estratégias individuais que parece ter na migração a alternativa mais adequada para dar conta da desresponsabilização coletiva e de um ambiente social extremamente competitivo. Uma competição que não é feita apenas entre concorrentes tradicionais e em mercados tradicionais, mas a partir de novos entrantes, sejam de setores industriais ou econômicos, principalmente porque a desintegração de barreiras de acesso a mercados anteriormente isolados e protegidos passou a ser o dado diferencial do novo ambiente econômico. E isto se torna cada vez mais presente nas regiões que compreende o MERCOSUL ou ALCA.

Neste sentido, é preciso pensar as migrações a partir de outros modelos analíticos, mesmo porque até o presente este processo tem sido focalizado na maior parte dos discursos como sendo sinônimo de alternativas que possibilitam aos atores sociais dar conta dos bloqueios impostos pela realidade social em que vivem.

Diante de uma realidade social moldada por ambientes econômicos de incertitude, as migrações se apresentam como estratégia de “bom senso” e como a forma mais evidente para superar situações problemas desenhados pelo mercado e pelas novas conjunturas do capitalismo contemporâneo.

Tal como vêm sendo apresentadas pela mídia, as migrações sugerem de forma “fantasiosa” que a superação dos

um novo paradigma. O tratamento simplista das reportagens não possibilita compreender e tratar das novas realidades que as migrações apontam.

problemas na sociedade de origem possa ser realizada a partir de saídas individuais.

Por isso, também, se faz necessário desmistificar a forma pelo qual um processo mais complexo de mudança nas condições de vida vem se objetivando e, principalmente, neutralizar uma apreensão fragmentada do real que agrada pelo seu “bom senso”, mas contribui para a proliferação de “relatos fantasiosos sobre o viver no estrangeiro” que confunde as tentativas de análise mais abrangentes do significado deste movimento « migratório» no início do terceiro milênio .

É claro que os problemas de segmentação do real não invalidam estudos ou “leituras” que se fazem sobre os processos sociais ou sobre as relações sociais. Todavia, pretender legitimar uma mudança social sem o questionamento das práticas sociais que consideram apenas a dimensão econômica como o móvel da ação individual é desconsiderar que as relações sociais que caracterizam o cotidiano e a vida das comunidades são mais complexas e nem sempre transparentes.

Os anos 1990 constituem uma década importante porque sinalizaram um momento de transição, visto que para fazer frente ao novo ambiente econômico as empresas estão assumindo formas e tipos de organização da produção que propõem um outro paradigma tecnológico e de organização do trabalho.

Por outro lado, momentos de transição, como os que estão sendo vivenciados, são importantes para rever e reconsiderar práticas sociais como as migrações. Migrações que podem ser entendida como sendo « *um movimento padrão de individuo e/ou grupos regulado por representações culturais na qual a interação que é conhecida e praticada (ainda que não necessariamente aprovado) pelos atores sociais envolvidos é legitimada pela expectativa de melhorar seu padrão de vida sob as normas sancionadas do país de destino mesmo que as*

condições legais de garantias de uma melhoria de padrão não estejam dadas »³.

Neste sentido e assim definido, “emigrações” e necessariamente um constructo social, na medida em que remete as estratégias individuais e/ou coletivas de uma comunidade para dar conta de uma situação problema, assim como a um conjunto de procedimentos mais ou menos específicos de um determinado ator social que propõe e/ou impõe outros significados às relações familiares.

É importante esclarecer este conceito, porque, via de regra, “migrações” são apresentadas como estratégias individuais que relativizam as tensões que existem nas comunidades: desemprego, desresponsabilização coletiva (do Estado ou da família) assim como a inexistência de políticas sociais substantivas.

Este aspecto é interessante de ressaltar porque o capitalismo supõe uma particular organização histórica do monopólio dos saberes socialmente significativo (a tecnologia das migrações sejam elas clandestinas ou legalizadas é um desses saberes) - que se produz e reproduz em um contexto de conflito e antagonismo.

Percebe-se nos processos migratórios atuais, algo de original e idiossincrático, que é expresso: na necessidade de melhorar as condições de vida das pessoas, mas também na capacidade de resposta social ao que o mercado deseja. É esta relativização dos antagonismos e dos conflitos dentro das comunidades ou grupos sociais que os artigos que seguem buscam de forma muito particular analisar.

A ênfase nos processos migratórios atuais, parece que recodifica a questão social remetendo-a à um duplo processo: de globalização e fragmentação, cuja característica principal é o não questionamento de uma alternativa para os problemas de dignidade e condições sociais materiais para a promoção da vida

³ Primeira aproximação conceitual utilizado na pesquisa « Emigrações no Sul do Brasil: a invisibilidade das necessidades humanas.

e de determinadas atitudes, descontextualizada dos fatos e das relações entre diferentes parceiros e/ou atores sociais.

Percebe-se, atualmente, que em função de um modelo econômico global e um comportamento mais ou menos uniforme, que se traduz pela adesão ao “the only game in town”, ou seja, a globalização das estratégias empresariais.

Muito se tem falado sobre a globalização, processo esse diretamente ligado às migrações. Assim, convém salientar aspectos desse processo na economia na medida em que passam a sinalizar e a ser parâmetros dos artigos ora apresentados.

A globalização, ao articular diferentes tempos e ritmos produtivos, trouxe consigo uma dinâmica e horizontes que fragmentam a perspectiva nacional e a percepção de um futuro nacional. Isto significa a modificação do sentido dado a “autonomia produtiva”, onde o tempo e os ritmos fabris eram determinados internamente pelas organizações. Com isso não quero dizer que a globalização elimina a referência nacional, mas que as novas instâncias reguladoras supranacionais remetem à uma redefinição de modo de se organizar o processo produtivo e o agir das empresas.⁴

Em outras palavras, não se pode pensar os fatores internos das organizações ou das economias nacionais de forma isolada, mesmo porque organizações e economias nacionais encontram-se cada vez mais entrelaçadas com a economia global.⁵

Neste sentido, discutir as mutações do sistema produtivo significa pensá-lo

- a) em sua dinâmica processual a partir da natureza específica de uma nova forma de organizar o trabalho;
- b) tentando captar a sua nacionalidade econômica, sua significação produtiva enquanto pertinência social.

⁴ Boyer, Robert e Sailard Yves, *Théorie de la régulation L'état des savoirs*, Edicion La Découverte, Paris, 1995

⁵ Boyer, Robert, *States Against Markets, The limits of Globalization*. Edition Routledge, 1995

Sendo assim, os artigos a Revista Sociedade em Debate buscaram trabalhar com as seguintes hipóteses:

- 1) De que sem uma reavaliação das concepções de **“migrações”** sugerida pela literatura ou pela mídia não se poderá afirmar que existe um outro modo de pensar as relações sociais no interior dos territórios sejam eles de origem ou de destino.
- 2) Que estratégias “individuais” para emigrar salientam as virtudes de um “consenso” é verdade, mas quando transposta para à realidade dos países de destino se deslegitimam juridicamente porque as relações que se estabelecem não são o resultado de uma negociação entre iguais.
- 3) que “migrações” são estratégias que não permitem uma autonomia dos indivíduos porque os procedimentos adotados são pensados unilateralmente por um ator social – aquele que parte - e se objetivam muito mais como não contestação de uma lógica econômica de dominação que modula os comportamentos da comunidade de origem.

Em vista disso, a questão é saber se este processo social de transposição de fronteiras políticas tradicionais pode ser considerada inovadora?

O Primeiro artigo, intitulado **“Migrações internacionais: em busca da cidadania universal”** de Roberto Marinucci e Rosita Milesi, busca refletir sobre o paradoxal dos processos migratórios internacionais direcionados para os países mais desenvolvidos que se apresentam ora como alternativa para de alcançar as promessas da modernidade neoliberal ora como uma possibilidade de construção de uma cidadania universal, plura e inclusiva.

O segundo artigo, **“Direitos humanos e migrações”** dos professores Anelize Corrêa e Ruy Antunes, de certa maneira uma continuidade do primeiro, trata da questão das migrações sob a ótica dos instrumentos internacionais de direitos humanos, porque se de um lado competir em um outro ambiente econômico implica em uma redefinição de tempo e espaço, de outro, significa também abolir as estruturas rígidas de uma garantia jurídica por um comportamento mais tolerante. Salientam que esta flexibilidade ou «modus operandi» do emigrante não precisa necessariamente significar o rompimento com os elementos fundantes da dignidade, do respeito ao diferente e da ética.

O terceiro artigo, **“Emigração e Desenvolvimento: duas faces da mesma questão social”** do grupo de investigadores da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) traz a público os principais os elementos que modelam a pesquisa, em andamento, sobre o processo de emigração no Brasil Meridional. A intencionalidade do texto é abrir pistas de reflexão sobre as condições de trabalho e de proteção social encontradas pelos emigrantes de forma a subsidiar (no futuro) a formulação de políticas públicas regionais e locais que favoreçam aos emigrantes e seus familiares meios de acesso aos direitos de cidadania na própria região de origem.

O quarto artigo, **“Relação Vínculos entre a Mãe Imigrante e o Bebê de 1 a 3 anos, Sob a ótica de aculturação”**; nele as autoras, fazem uma abordagem não antropológica, mas psicanalítica evidenciando que a estreita ligação entre mãe e bebê não significa vínculos estáveis e perfeitamente estabelecidos, mas de relações-metaestáveis que implicam numa permanente redefinição, permitindo que nos debruçemos sobre a cotidianidade dos acontecimentos da vida e sobre suas práticas que vão refletir o próprio movimento da vida.

O quinto artigo, **“La concepción Intersectorial, como fuente del Desarrollo local: Elementos para situar la sociopraxis del Desarrollo Local como paradigma”** do chileno Gabriel Avelino Rodríguez Medina fecha o circuito analítico

desta revista cujo foco principal são os movimentos migratórios indicando o cenário Latino americano como “lócus” privilegiado para pensar que tipo de desenvolvimento se pode construir; ao indagar sobre os limites dos Estados Nacionais e dos processos de desenvolvimento local na América Latina e no Chile, nos coloca no reverso dos processos migratórios, na medida em que reflete sobre os elementos chaves para pensar uma outra sociedade na qual o desenvolvimento necessariamente não precisa ser “induzido” pelo Estado.

Se os artigos anteriores se caracterizam por suas conexões, seus pontos de convergência, os artigos que seguem repercutem em todos, visto que na sua transversalidade mostram que a heterogeneidade de suas temáticas eles não começam, nem concluem, eles se encontram no meio, entre as coisas ditas e pensadas, inter-ser, intermezzo.

O sexto **“Políticas Sociais: o ‘doce’ discurso da inclusão”**, nos fala do cuidado analítico que precisamos ter quando no cenário social se formulam discursos que definem o que é direito e o que são deveres dos cidadãos. A importância deste texto está no fato dele apontar que o fato de uma sociedade construir Políticas Sociais em si mesmo não a caracteriza como virtuosa; depende do uso que fazemos dela e de como os atores sociais se relacionam uns com os outros.

Sugere que a capacidade de um grupo e/ou sociedade não está unicamente ligada ao aparato institucional formal, mas supõe a construção de coalizões entre atores sociais, construídas em função de diversos fatores, tais como a interação entre as diversas categorias de atores, as orientações ideológicas e os recursos disponíveis.

O sétimo, **“La construcción y realización de lo humano”** do Prof. Manuel Ghiso, dando continuidade a lógica proposta pelo dois últimos artigos aponta para a necessidade dos espaços de resistência e de não resignação ante as injustiças, salientando que o desafio na Universidade e fora dela é restabelecer o impulso criativo que nos permita sonhar um mundo – e países – no qual a vida seja possível e onde os

excluídos sejam capazes de exercer a sua condição de sujeito de direitos.

O importante deste conjunto de artigos é o fato deles nos trazerem a noção substantiva de uma identidade que se transforma no trânsito e que com a migração passa a ser substituída pelo seu adjetivo - performance -. O foco central de quem parte é adaptar-se cada vez mais ao país de destino e às necessidades de um lógica social que nem sempre é a mesma do país de origem.

É importante destacar que de maneira geral o interesse analítico dos artigos que seguem residem em estudos particularizados, mas o marco de referência é a análise da estratégia dos atores sociais.

Mais do que se adaptar às mudanças de um ambiente econômico instável e incerto, percebe-se que as estratégias individuais e coletivas têm nas migrações um elemento importante porque alteram significativamente as relações sociais dentro das comunidades de destino e de origem.

Por isso compreender o sentido das « migrações » nos remete ao imaginário social que dependendo de « onde se fala » pode ter diversos significados.

Por que “mientras el mundo se divide em zonas donde se puede vivir y donde no se puede vivir se seguirán cruzando fronteras”(Javier Corchera)

Boa leitura
Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque
Editor

